



Ana Duarte

César Bessa Monteiro, presidente da Associação dos Consultores em Propriedade Intelectual (ACPI), defende que é preciso punir mais a contrafação, hoje praticada por grandes redes internacionais dado possuir uma moldura penal mais benévola do que a das drogas ou armas. O também sócio fundador da pbbr é um defensor do recém-criado Tribunal da Propriedade Intelectual, mas crítico do seu modo de funcionamento: é preciso pelo menos mais um juízo, propõe.

César Bessa Monteiro, presidente da Associação dos Consultores em Propriedade Intelectual

É preciso punir mais



Ramon de Melo

Advocatus | Preside à Associação dos Consultores em Propriedade Intelectual (ACPI). Quais as funções da associação?

César Bessa Monteiro | A associação foi criada em 1975 com duas finalidades. Uma é, naturalmente, uma finalidade corporativa no interesse dos seus membros. Não é uma ordem, é uma associação privada e portanto pode ha-

ver profissionais, nomeadamente agentes oficiais, que exerçam a profissão sem necessidade de serem membros da ACPI. Em todo o caso, a ACPI representa hoje a maioria dos profissionais e, sobretudo, os que têm mais prestígio. A primeira função é a da representação profissional. A segunda é contribuir para o aperfeiçoamento da Propriedade Industrial em Portugal, nomeadamente fazendo fó-

runs, colóquios, dando pareceres ao Governo ou à Assembleia da República.

Advocatus | Que balanço faz da intervenção da associação?

CBM | A ACPI tem desempenhado um papel importante, principalmente nestes últimos anos em que se têm colocado questões muito importantes quer à realização interna, quer à realização in-

ternacional e comunitária. Avultou o problema da patente comunitária, em que a ACPI tomou uma posição muito crítica, sobretudo porque se punha completamente de parte o uso do português na patente e também por questões no Direito Interno que mereceram as críticas da ACPI. E de facto quando a patente comunitária, ou unitária, deixar de estar em vigor, o português continua a ser a língua

oficial porque a ACPI lutou até ao fim e conseguiu que o decreto de lei não fosse promulgado. Alguns membros da ACPI participaram na elaboração do Código de 95 e depois no de 2003 – uma alteração ao Código de 95 – e, mais tarde, na mudança substancial de 2008. Aí a ACPI deu um parecer que não foi tomado em consideração. A ACPI tem tentado cumprir as missões para as quais foi criada. Obviamente, como tudo na vida, temos êxitos e temos falhanços.

Advocatus | Quais os principais desafios que os agentes oficiais de Propriedade Industrial enfrentam?

CBM | Os desafios são grandes, sobretudo nesta altura de globalização, em que há instrumentos de proteção dos Direitos que não são já nacionais, mas comunitários. Há toda uma série de instrumentos a nível comunitário e internacional que tornam os agentes concorrentes entre si. Fomos forçados, pela Comissão Europeia, a liberalizar a entrada de profissionais, o que deixou os agentes nacionais completamente desprotegidos face aos concorrentes estrangeiros. Outro desafio prende-se com o esforço de atualização que é exigido aos agentes. Têm de estar permanentemente atualizados para poderem aconselhar bem os interessados, não só na parte burocrática, mas também em matéria de contencioso. E com a patente comunitária e a possibilidade de

“Fomos forçados, pela Comissão Europeia, a liberalizar a entrada de profissionais, o que deixou os agentes nacionais completamente desprotegidos face aos concorrentes estrangeiros”

os tribunais europeus decidirem sobre a validade das patentes, temos um grande desafio que se estende às empresas. É que terão de litigar em tribunais estrangeiros, numa língua estrangeira, provavelmente sobre assuntos de validade de patentes, o que não é fácil. Se em Portugal já é difícil, quanto mais num tribunal estrangeiro e numa língua estrangeira. É um desafio para agentes, advogados e consultores, que resulta obviamente de uma globalização das situações.

Advocatus | Qual poderia ser a solução?

CBM | Por um lado, não deveria ter havido em Portugal a abertura que houve. Fomos mais papistas do que o papa. O que choca mais é o à vontade e a liberdade com que se permitiu que profissionais estrangeiros viessem trabalhar para cá, também na advocacia, mas principalmente ao nível dos agentes. O Instituto da Propriedade Industrial poderia fazer algo. Estabelecer alguma regulamentação interna exigindo aos estrangeiros que, de algum modo, justificassem a sua capacidade para atuar. Há uma coisa que não faz sentido: os agentes oficiais são uma profissão regulada, é preciso fazer um exame e passar no exame, isto em Portugal. Mas um agente de um qualquer país da União Europeia poderá não ter que ter habilitações tão exigentes como as de um agente português.



“A Internet de facto veio, sobretudo na contração, potenciar a infração. É natural que o fizesse. É um mundo virtual, que favorece o anonimato: posso pôr uma marca, uma música, fazer partilhas de músicas, por aí fora, e passar quase anónimo. Como é que se vai culpar alguém?”

ARBITRAGEM

“Não é remédio para tudo”

A convicção é de César Bessa Monteiro. O advogado não é contra a arbitragem – é, aliás, membro de três tribunais arbitrais – mas considera que este tipo de resolução de litígios não deve ser aplicado a todas as áreas. Um desses casos é o Direito de Propriedade Industrial em que o registo é constitutivo, ou seja, só o registo não constitui o Direito. Para o advogado, é “duvidoso” que, numa situação destas, um tribunal arbitral possa tomar

uma decisão válida, visto que nem há participação no processo de concessão do Direito. Outro caso é o dos genéricos, que o presidente da ACPI vê como um “processo espúrio”. O problema é o bloqueio das autorizações de introdução no mercado, com Bessa Monteiro a manifestar dúvidas de que a arbitragem possa ser aplicada nestas matérias. Seria – diz – “contranatura” do ponto de vista jurídico e, além disso, “pouco eficaz”.



"O que choca mais é o à vontade e a liberdade com que se permitiu que profissionais estrangeiros viessem trabalhar para cá, também na advocacia, mas principalmente ao nível dos agentes"

Advocatus | Considera que o atual quadro legislativo português é adequado?

CBM | Temos de separar as águas. Acho que, do ponto de vista de Direito substantivo, Portugal, no geral, está a par das legislações mais avançadas da União Europeia e do mundo. Aqui não há nada de maior a criticar. Há, de facto, no aspeto dos atrasos clássicos dos tribunais. Por imposição da *troika*, foi criado o Tribunal da Propriedade Intelectual, porque de facto era um caos o que se estava a passar no Tribunal do Comércio. Não por culpa dos magistrados, mas no Tribunal do Comércio, para além dos temas da Propriedade Intelectual, tínhamos as falências, a concorrência... era um caldeirão.

Advocatus | Depreendo que considera o Tribunal da Propriedade Intelectual uma boa decisão...

CBM | Sem dúvida nenhuma! Nós esperávamos há muito tempo por esta decisão. O tribunal de Propriedade Intelectual era absolutamente necessário, porque é um tribunal especializado. Discutem-se, muitas vezes, na área da Propriedade Intelectual coisas muito complexas, portanto é necessário um tribunal especializado. Ainda é cedo para fazer um juízo definitivo do funcionamento deste tribunal, mas parece-me que o governo terá de pensar em pelo menos criar um ou dois juízes em Lisboa e criar um tribunal no norte, no Porto ou em Vila Nova de Gaia. Porque um tribunal só em Lisboa é pouco. Até porque o Tribunal da Propriedade Intelectual, além das matérias de marcas e patentes, passou a ter os problemas de Direitos de Autor e Direitos Conexos. Portanto, acrescentaram-se funções mas criou-se um juízo só em Lisboa. Eu compreendo que tudo isto envolve dinheiro, mas fica como sugestão.

Advocatus | Mas crê que a má gestão e mau funcionamento são os problemas do novo tribunal?

CBM | Não está a funcionar bem, mas também não podia estar. Algo que começou em abril com uma juíza em *part-time*, com os processos que iam entrar e sabendo

"Esperávamos há muito tempo por esta decisão. O tribunal de Propriedade Intelectual era absolutamente necessário, porque é um tribunal especializado"

que no Tribunal da Propriedade Intelectual existem, além de ações de anulação de marca, todos os atos de recurso do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, além de problemas de Direitos de autor, obviamente era previsível que não funcionasse da melhor maneira.

Advocatus | Um dos problemas que têm sido apontados na Propriedade Intelectual é a falta de especialização dos magistrados. Concorda?

CBM | O Tribunal da Propriedade Intelectual vem permitir essa especialização. Porque eu ainda sou do tempo em que estas matérias se decidiam no tribunal comum, nem sequer no do Comércio. O Tribunal da Propriedade Intelectual só vai resolver problemas de Propriedade Intelectual, o que vai permitir naturalmente uma maior especialização. Muitas vezes pensamos que o Governo é que tem de resolver tudo. Mas as associações, a Ordem dos Advogados ou as associações sindicais dos magistrados – que tem especializações – também devem contribuir para que haja uma maior formação dos seus membros.

Advocatus | A internet tem sido uma ferramenta preciosa, mas no âmbito da Propriedade Intelectual tem criado alguns problemas. Considera-a uma ameaça?

CBM | A Internet de facto veio, sobretudo na contrafação, potenciar a infração. É natural que o fizesse. É um mundo virtual, que favorece o anonimato: posso pôr uma marca, uma música, fazer partilhas de músicas, por aí fora, e passar quase anónimo. Como é que se vai culpar alguém?! E depois há um aspeto de execução da jurisdição. Qual o tribunal competente para decidir a infração?

Nós sabemos que há uma grande celeuma, quer nos EUA quer na Europa, sobre as leis que são criadas para, de uma maneira rápida, resolver estes problemas. Penso que, mais uma vez, temos que encontrar forçosamente uma solução balanceada. Por um lado, há que

"Parece-me que o governo terá de pensar em pelo menos criar um ou dois juízes em Lisboa e criar um tribunal no norte, no Porto ou em Vila Nova de Gaia"

proteger os titulares dos Direitos de Propriedade Industrial, sob pena de não haver inovação, criação. Mas, por outro, a internet é um meio de desenvolvimento cultural e de democratização da cultura. Como conciliar isso? Acho que se podem adotar medidas severas, mas têm sempre de ser sindicalizadas por um órgão judicial e nunca decretadas sem que o "violador", desde que conhecido, seja ouvido.

Advocatus | Que medidas poderiam ser adotadas com o intuito de minimizar esta ameaça?

CBM | Não é fácil. Eu não invento nada, mas poderia ser feita alguma coisa, sobretudo nos Direitos de Autor. Nós sabemos que alguns atos dos EUA – o SOPA e outros – levantaram enormes problemas, ao ponto de a administração Obama nem sequer os ter aprovado. Em França, prevê-se que, depois de dois ou três avisos e se os Direitos de Autor continuarem a ser violados, seja cortado o acesso. Não me repugna, desde que a decisão possa ser passível de um recurso para a ordem judicial.

Advocatus | Existe impunidade nestes casos?

CBM | Manifestamente. Mas não é só a infração na internet. A contrafação é um flagelo, porque não são só Direitos Económicos que estão em causa, mas muitas vezes a saúde pública, porque sabemos que já começam a ser contrafeitos remé-

"A contrafação é um flagelo, porque não são só Direitos Económicos que estão em causa, mas muitas vezes a saúde pública, porque sabemos que já começam a ser contrafeitos remédios, produtos alimentares e isso já não é um problema económico mas um problema de saúde do consumidor"

dios, produtos alimentares e isso já não é um problema económico mas um problema de saúde do consumidor. Por isso, acho que se deve denunciar a contrafação como um perigo grande. Tanto mais que já não podemos ver a contrafação daquela maneira romântica, que é o pequeno industrial que está a fabricar no vão de escada a tentar sobreviver ou o cigano que está a vender. Hoje é praticada ao nível de grandes redes de traficantes, que, perante uma moldura penal muito mais benévola do que a droga ou armas, passaram para a contrafação.

Advocatus | Acha que se devia punir mais?

CBM | Sem dúvida. Principalmente em Portugal, em que quase ninguém vai preso por contrafação de uma t-shirt, de uma marca ou de partilha ilegal de uma música. De facto, é preciso punir mais. Mas também sou muito partidário do aspeto preventivo, isto é, seria importante manter a população mais informada acerca do que representa a contrafação. A contrafação a nível mundial já acresce a milhões de milhões de euros. Em Portugal, o ano passado foram 50 milhões de euros de produtos contrafeitos. Devemos ter uma ação pedagógica e explicar às pessoas que há redes que ganham muito dinheiro e que naturalmente não estão muito preocupadas com a saúde do consumidor ou com a segurança.



"Já não podemos ver a contrafação daquela maneira romântica, que é o pequeno industrial que está a fabricar no vão de escada a tentar sobreviver ou o cigano que está a vender. Hoje é praticada ao nível de grandes redes de traficantes"

JUVENTUDE

O bichinho da rádio

Enquanto jovem e estudante universitário, César Bessa Monteiro teve uma experiência que hoje recorda com saudade – a Rádio Universidade – onde trabalhava nos serviços de informação. Na altura uma iniciativa da Mocidade Portuguesa – embora o advogado não estivesse ligado a essa instituição –, era uma forma de os jovens ocuparem o tempo livre. "Nós andávamos na faculdade e para passar o tempo fomos trabalhar em rádio", conta.

Contudo, esta "brincadeira" desviou alguns dos seus colegas da área que tinham escolhi-

do – o Direito. Uns enamoraram-se pela rádio e tornaram-na a sua profissão, outros – como César Bessa Monteiro – seguiram o curso.

Ao seu lado trabalharam profissionais reconhecidos do panorama da comunicação como João David Nunes e Adelino Gomes.

César Bessa Monteiro é um apalxonado pela advocacia e pela área que escolheu, mas confessa que, caso não fosse advogado, teria seguido certamente uma atividade ligada à informação.